

EPIFENOMENALISMO OU SOBREDETERMINAÇÃO CAUSAL: CONSEQUÊNCIAS DO NATURALISMO BIOLÓGICO?

Andre Renan Batistella Noara¹

ORCID iD: [0000-0003-1119-3795](https://orcid.org/0000-0003-1119-3795)

Jerzy A. Brzozowski²

ORCID iD: [0000-0002-8667-9530](https://orcid.org/0000-0002-8667-9530)

Resumo: O presente estudo visa desenvolver uma análise da relação mente-cérebro proposta pela teoria do *naturalismo biológico*, de John Searle, bem como investigar se tal relação implica em sobredeterminação causal ou epifenomenalismo. Para tanto, o presente estudo seguirá a seguinte metodologia: primeiramente serão analisados os conceitos de identidade, causa e efeito — os quais visam dar sustentação à relação causal contida entre mente-cérebro —, expostos por John Searle em sua obra *Mind: A Brief Introduction* (2004). Em um segundo momento, será analisado se a defesa de tal relação, por parte da teoria do naturalismo biológico, implica, ou não, nos conceitos de sobredeterminação causal ou epifenomenalismo, implicação esta negada por Searle em seu artigo “Por que não sou um dualista de propriedades” (2014). Acredita-se que o presente trabalho trará para o leitor uma melhor compreensão acerca das noções de causalidade e identidade em Searle, bem como dos conceitos básicos que definem o epifenomenalismo e a sobredeterminação causal.

Palavras-chave: Mente; Cérebro; Causação; Identidade; Sobredeterminação causal; Epifenomenalismo

Abstract: This study attempts to develop an analysis of the mind-brain relation as proposed by John Searle's *biological naturalism* theory, and also to investigate whether that relation entails either overdetermination or epiphenomenalism. We start with an analysis of the concepts of identity and causality which are at the core of Searle's view of the mind-brain relation in the work *Mind: A Brief Introduction* (2004). Then, we inquire whether this relation, as seen by biological naturalism, entails the concepts of causal overdetermination and epiphenomenalism, an entailment that has been denied by Searle himself in his “Why I am Not a Property Dualist” (2014). We believe this to be an important clarification about Searle's notions of causality and identity.

Keywords: Mind; Brain; Causation; Identity; Causal overdetermination; Epiphenomenalism.

1. Introdução

O suposto problema da causação mental na teoria do naturalismo biológico é denunciado por vários leitores de John Searle³. A grande dificuldade da teoria do naturalismo biológico, de acordo com os críticos, parece vir da aceitação, por parte de Searle, de que os

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFIL) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó. *E-mail:* andre_noara@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1729510758211238>.

² Doutor em Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *E-mail:* jerzyab@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7938441548737592>.

³ Vários pensadores do campo da Filosofia da Mente acreditam que a teoria do naturalismo biológico sustenta uma postura dualista, devido ao seu conceito de irredutibilidade. Outros acreditam que a teoria searleana incorre em contradição. Tárík Prata cita diversos autores cujas interpretações se deram de tal modo (ver referências em PRATA, 2011, p. 558-9). O próprio Prata é um crítico do naturalismo biológico, visto que, em seu artigo “É incoerente a concepção de Searle sobre a consciência?” (2011), conclui que o único modo de Searle tornar sua teoria coerente é reelaborando sua concepção de irredutibilidade.

fenômenos conscientes tais quais a dor, por exemplo, são causados por processos cerebrais objetivos, mas não podem ser ditos como somente processos cerebrais objetivos. Ou seja, parece, assim, que os fenômenos conscientes, na perspectiva do naturalismo biológico, estão para além dos processos cerebrais objetivos. Contudo, os esforços argumentativos de Searle visam o caminho contrário. Segundo ele, a consciência não é uma coisa distinta do cérebro. Não há sequer um “elo” entre consciência e cérebro. A consciência, para Searle, é um fenômeno biológico, emergente da neurobiologia subjacente do cérebro:

A consciência não é uma “coisa”, é uma *característica ou propriedade do cérebro* no sentido em que, por exemplo, a liquidez é uma característica da água. [...] Não há nenhum “elo” entre a consciência e o cérebro, assim como não há nenhum elo entre a liquidez da água e as moléculas de H₂O. Se a consciência é uma característica de alto nível do cérebro, então não pode haver nenhuma dúvida sobre a existência de um elo entre a característica e o sistema do qual esta é uma característica (SEARLE, 1997, p. 155 grifo do autor).

Percebemos, assim, que Searle nega que a consciência seja uma “coisa”. Por consequência, Searle nega que exista um “elo” entre consciência e cérebro, justamente pelo fato de a consciência não ser uma coisa, e o cérebro, outra. Assim sendo, é possível afirmarmos que o naturalismo biológico acaba por defender a seguinte ideia: a consciência e os processos cerebrais que causam a consciência são, em resumo, distintas características físicas de *uma mesma coisa*: do cérebro.

Contudo, há algo que devemos nos perguntar quanto a essa proposta de Searle: de que modo ocorre a relação entre ambas as características e qual o modelo de identidade que está sendo pressuposto, dado que ambas são características distintas e pertencem a uma e mesma coisa — o cérebro?

De modo geral, é possível afirmarmos que a teoria do naturalismo biológico apoia-se em seis teses fundamentais: I) *propriedade emergente* — a consciência emerge da organização causal do sistema neuronal, constituindo-se, assim, enquanto uma propriedade sistêmica de natureza biológica; II) *irreduzibilidade ontológica* — a consciência é um fenômeno biológico subjetivo, ontologicamente, irreduzível; III) *reduzibilidade causal* — a consciência pode ser reduzida e estudada objetivamente, a partir de uma redução causal; IV) *característica causalmente eficiente* — a consciência é causa do comportamento humano; V) *identidade de ocorrências* — a consciência, enquanto propriedade sistêmica de nível macro, identifica-se com seus processos subjacentes de nível micro a partir das relações de ocorrências entre o micro e o macro nível; VI) *simultaneidade entre causa e efeito* — os elementos no micro nível são causa

e, ao mesmo tempo, efeito no macro nível, visto que causam e, ao mesmo tempo, realizam os processos conscientes.

As quatro primeiras teses são amplamente defendidas por Searle na maior parte de seus escritos, a exemplo das obras *A redescoberta da mente* (1997), publicado originalmente em 1992, *O mistério da consciência* (1998), publicado originalmente em 1997, *Mente, linguagem e sociedade* (2000), publicado originalmente em 1998 e *Consciência e linguagem* (2010), publicado originalmente em 2002. Porém as duas últimas teses só são defendidas por Searle, de modo claro e pontual, na obra *Mind: a Brief Introduction* (2004), quando o autor argumenta que nossos critérios tradicionais de identidade, causa e efeito, utilizados para os demais fenômenos naturais, devem ser abandonados, e nos indica como devemos pensar esses conceitos para a relação contida entre os processos cerebrais objetivos e os fenômenos conscientes subjetivos.

Essas duas últimas teses, propostas por Searle em *Mind: A Brief Introduction*, são fundamentais para obtermos respostas para a questão que levantamos anteriormente: de que modo ocorre a relação entre ambas as características e qual o modelo de identidade que está sendo pressuposto, dado que ambas são características distintas e pertencem a uma e mesma coisa — o cérebro? Assim sendo, o presente estudo tem por objetivo investigar o modo com o qual John Searle, em sua obra *Mind: A Brief Introduction*, desenvolve e defende as teses V e VI, as quais têm como consequência a tese IV. Ainda enquanto objetivo, investigaremos, também, se as teses IV, V e VI são suficientes para dissipar possíveis interpretações que acabariam por concluir que o naturalismo biológico implicaria nos conceitos de sobre-determinação causal ou epifenomenalismo.

Para tanto, nossa investigação se dividirá em dois momentos: em um primeiro momento, investigaremos como se dá a relação mente-cérebro, em Searle, e como o autor fundamenta as teses IV, V e VI. Em um segundo momento, investigaremos os argumentos searleanos em prol da negação da implicação dos conceitos de sobre-determinação e epifenomenalismo no naturalismo biológico, argumentos estes, presentes em seu artigo “Por que não sou um dualista de propriedades” (2014)⁴. Passamos nossa análise ao primeiro ponto.

⁴ Originalmente publicado no ano de 2002, pelo *Journal of Consciousness Studies*, sob o título “Why I Am Not a Property Dualist”.

2. Identidade e causalidade no naturalismo biológico

Identidade, causa e efeito, são termos de uso razoavelmente comum em nossa vida cotidiana. Quando alguém adoece, devido a algum tipo de infecção, por exemplo, é muito comum questionarmos: qual foi a *causa* da infecção? Ao obtermos a resposta, é também comum dialogarmos no sentido de saber se a medicação está surtindo *efeito*. Tal qual *causa e efeito*, *identidade* também é um termo bastante utilizado por nós em nosso dia-dia, em uma pluralidade de casos. É bastante fácil pensarmos em exemplos: quando observamos dois irmãos gêmeos *idênticos*, de imediato concebemos o conceito de identidade. Ou quando questionamos se um sorvete possui o *mesmo* sabor de outro sorvete, também estamos concebendo o conceito de identidade. Ambos os termos são comumente utilizados por nós. Possuímos noções de senso comum acerca deles que nos possibilitam a compreensão de um diálogo, tal qual no exemplo acima utilizado para os conceitos de causa e efeito.

Porém quando tratamos tais termos de forma filosófica, as noções de senso comum, em certos casos, podem acabar por nos levar a afirmar certos equívocos. De certo modo, poderíamos pensar que as noções de senso comum são insuficientes para expressar toda a extensão de aplicação de tais termos. Para no uso investigativo da relação mente-cérebro, em Filosofia da Mente, John Searle nos adverte no sentido de que devemos abandonar essas concepções comumente pensadas para os termos *identidade, causa e efeito*, e nos apresenta novas noções para os mesmos, as quais afirma serem adequadas para pensarmos tal relação. Esse novo modo de pensar os conceitos de identidade, causa e efeito, é visto por Searle enquanto fundamental para não interpretarmos tal relação de modo equivocado. Vejamos como Searle pensa tais conceitos.

2.1 Causalidade e eventos

Searle, ao tratar sobre o conceito de causalidade, afirma que há duas diferentes noções de causalidade:

Muitas das relações causais estão entre eventos discretos ordenados no tempo. Um caso paradigmático, muito amado pelos filósofos, é o caso de uma bola de bilhar chocando-se com a outra e parando, enquanto a segunda bola de bilhar se afasta. Mas nem todas as causações são como essa. Em muitos casos de causação a causa é simultânea ao efeito (SEARLE, 2004, p. 86 – Tradução nossa).

Ou seja, nessa passagem, Searle expressa a ideia de que há pelo menos duas relações de causação: uma cujos eventos são causas de outros eventos, que por sua vez são efeitos de um evento anterior, de modo sucessivo e ordenado no tempo — tal qual o exemplo da bola de bilhar, que ao chocar-se com a segunda bola, para, e esta, por sua vez, distancia-se da primeira — e outra na qual tanto a causa quanto o efeito ocorrem de modo simultâneo. De acordo com Searle (2004), é possível percebermos a existência dessa segunda noção de causação observando, por exemplo, os objetos que nos rodeiam, visto que os mesmos exercem uma pressão onde se encontram — efeito —, pressão essa causada pela força da gravidade — causa. Isto é, nesse caso não há uma sequência sucessiva de eventos ordenados no tempo, cuja causa precede o efeito — tal qual no exemplo das bolas de bilhar —, mas sim a ocorrência simultânea de causa e efeito, visto que a gravidade é uma força contínua na natureza e não se encontra separada dos eventos.

Essa noção de causação, pensada no caso dos eventos que estão sob efeito da gravidade, é aplicada por Searle para a relação causal entre microfenômenos de um nível inferior e macroestruturas de um nível superior. Para exemplificar, Searle nos dá o exemplo da solidez dos objetos:

Olhe novamente para os objetos ao seu redor. A mesa suporta livros. O fato de que a mesa suporta livros é causalmente explicado pelo comportamento das moléculas. Para a solidez, como já mencionei anteriormente, nós fazemos uma redução ontológica sobre a base da redução causal. Mas a terminologia poderia ter seguido outro caminho. Nós poderíamos ter dito que a solidez tem a ver com o fato de como as coisas resistem a pressão, são impenetráveis por outros objetos e suportam outros objetos. E isto é causalmente explicado pelo comportamento das moléculas. Não escolhemos este caminho porque pensamos que a microestrutura nos dá uma explicação mais profunda. Dizemos que a solidez é simplesmente o movimento vibratório de moléculas em estruturas reticuladas, e isso explica o fato de que um objeto suporta o outro. O ponto, no entanto, é que nós estamos discutindo a ordem causal da natureza, e esta ordem não diz respeito a eventos discretos e sequenciais no tempo, mas sim de microfenômenos que explicam macroestruturas de sistemas. (SEARLE, 2008, p. 86 – Tradução nossa).

Ou seja, Searle chama a atenção para o fato de que a solidez é uma característica de uma macroestrutura, a qual pode ser explicada pelos seus microfenômenos subjacentes. Os comportamentos das moléculas são microfenômenos que causam as características de impenetrabilidade, resistência e demais características de um objeto sólido. Desse modo, a solidez é uma característica de uma macroestrutura resultante de um sistema de microfenômenos. Poderíamos substituir o termo *resultante* pelo termo *emergente*, e dizer que a solidez é uma característica emergente da organização causal de um sistema de moléculas, tal

qual observamos anteriormente na analogia com a liquidez da água, proposta por Searle.

O objetivo de Searle, ao fazer uso do exemplo da solidez, é argumentar em prol da ideia de que a noção de causalidade, trivialmente pensada — tal qual o exemplo com as bolas de bilhar —, não é compatível com a causação decorrente nas macroestruturas de sistemas. A noção de causalidade nas macroestruturas de sistemas deve ser pensada tal qual pensamos os eventos que ocorrem sob efeito da gravidade, de tal modo que tanto o efeito quanto a causa ocorrem simultaneamente — *simultaneidade entre causa e efeito* (tese VI). As moléculas que compõem uma macroestrutura de um sistema sólido seriam, assim, tanto causa quanto efeito do próprio sistema, simultaneamente.

Essa noção de causação é de suma importância para o desenvolvimento do conceito de identidade de ocorrências na teoria de Searle. É a partir dessa noção que a teoria searleana argumenta a favor da ideia de que a consciência não pode ser pensada a partir de uma concepção trivial de causação, tal qual pensamos o choque de uma bola de bilhar para com a outra, pois a consciência seria, tal qual a solidez, uma característica emergente de certa organização causal de microfenômenos. É a partir dessa concepção de causação que se torna possível aplicar o conceito de identidade de ocorrências entre a consciência e os processos cerebrais objetivos. Vejamos agora em que consiste o conceito de identidade de ocorrências, em Searle.

2.2 Identidade de ocorrências

De acordo com Searle (2004), atribuir critérios de identidade para objetos como planetas ou compostos tal qual a água, entre outros, é algo razoavelmente claro. Porém atribuir critérios de identidade para eventos, tal qual o evento mental de viver a experiência de uma festa de aniversário, por exemplo, é algo bem mais complicado, visto que precisamos decidir o quão ampla deve ser tal atribuição.

Ao tratar sobre o conceito de identidade, Searle importa o exemplo dado por Jaegwon Kim na obra *Philosophy of Mind* (1998) — através do qual Kim busca exemplificar a tese central presente no reducionismo defendido pela *teoria de identidade ocorrência-ocorrência* —, e o remodela de tal modo a se tornar compatível com a tese de que para cada ocorrência de processos neurobiológicos, há determinada ocorrência de processos fenomenológicos, de tal modo que a fenomenologia do evento não se reduza a seus processos objetivos subjacentes. Vejamos a passagem:

O caso é um pouco como o exemplo de Jaegwon Kim para a identidade de

ocorrência. Toda ocorrência de objeto colorido é idêntica a ocorrência de objeto com forma. Que isso é verdadeiro não há dúvida, mas isso não mostra que ser colorido e possuir forma são a mesma coisa. Do mesmo modo, podemos ter uma noção de processos neurobiológicos grande o suficiente de tal modo que toda ocorrência de processo de dor é uma ocorrência de processos neurobiológicos no cérebro, mas disso não se segue que a sensação dolorosa de primeira pessoa é a mesma coisa que o processo neurobiológico de terceira pessoa (SEARLE, 2004, p. 87 – Tradução nossa).

Antes de adentrarmos no estudo acerca da aplicação do conceito de identidade de ocorrências proposto por Searle, é de suma importância fazermos uma ressalva: há uma ramificação do materialismo chamada *teoria de identidade ocorrência-ocorrência*. Essa ramificação é uma versão aprimorada da *teoria de identidade tipo-tipo* — outra ramificação do materialismo⁵. Quando Kim faz uso de tal exemplo, ele está se propondo a exemplificar a tese básica presente na *teoria materialista de identidade ocorrência-ocorrência*. Searle importa o exemplo de Kim e o retrabalha de tal modo a compatibilizá-lo com a teoria do *naturalismo biológico*. É importante termos em mente que o conceito de identidade de ocorrências, trabalhado por Searle, não possui implicação alguma com as teorias acima citadas, visto que ambas pertencem à tradição materialista e argumentam em prol do reducionismo. Como já nos foi possível observar, a teoria do naturalismo biológico defende a irredutibilidade dos fenômenos mentais. Logo, nem a teoria da identidade tipo-tipo, nem a teoria da identidade ocorrência-ocorrência, são compatíveis com a teoria do naturalismo biológico. Feito essa ressalva, voltamos nossa investigação para o conceito de identidade de ocorrências, trabalhado por Searle em sua teoria.

Como observamos anteriormente, Searle acredita que a consciência e os processos cerebrais que causam a consciência se constituem enquanto características distintas e irredutíveis entre si: características subjetivas — consciência —, e características objetivas — processos cerebrais subjacentes. Desse modo, Searle defende a ideia de que para cada evento

⁵ Tanto a teoria da identidade tipo-tipo quanto à teoria da identidade ocorrência-ocorrência são ramificações que pertencem à corrente materialista. Ambas defendem uma forma de redução dos fenômenos mentais aos processos cerebrais. A teoria da identidade tipo-tipo argumenta que todos os estados mentais são redutíveis a *determinados* estados cerebrais. A única distinção entre estados mentais e estados cerebrais se dá unicamente pelo modo com o qual o mesmo fenômeno é descrito. Ou seja, há apenas uma mudança na descrição de um mesmo evento, pois todo estado mental é inteiramente redutível a certo estado cerebral. A teoria da identidade ocorrência-ocorrência segue a mesma linha de pensamento dos teóricos da identidade tipo-tipo, visto que defende também que todo estado mental possui um estado cerebral pelo qual pode ser inteiramente reduzido. Porém há uma distinção significante quanto à restrição causal dos estados mentais quando comparado tais ramificações. Como afirma Keith Maslin: “A teoria tipo-tipo insiste que cada tipo de estado mental resultará idêntico a um tipo de estado físico, e esses não serão exceção à regra. Isso faz com que essa hipótese seja muito forte e exigente” (MASLIN, 2009, p. 79). Já a teoria ocorrência-ocorrência abre espaço para múltiplas possibilidades de realização de um estado mental. Ou seja, um estado mental não ocorre necessariamente por um único tipo de estado cerebral, tal qual postulado pela teoria tipo-tipo, e sim de múltiplas formas.

mental existem duas características: características fenomenológicas — características subjetivas da consciência —, e características neurobiológicas — características objetivas dos processos cerebrais. Searle, fazendo uso do conceito de identidade de ocorrências, acaba por aceitar a existência de uma identidade entre as características neurobiológicas objetivas e as características fenomenológicas subjetivas, mas nega que ambas possam ser ditas como sendo a mesma coisa. Searle aceita a afirmação trivial de que todo estado mental é idêntico a um estado cerebral, porém nega que os mesmos possam ser reduzidos aos processos neurofisiológicos objetivos, tal qual acreditam os teóricos da identidade, por exemplo.

Esse modo de conceber a identidade entre os processos cerebrais objetivos e os fenômenos conscientes subjetivos parece salvaguardar uma diferença entre ambos, diferença esta condizente com o conceito de irreducibilidade defendido por Searle. Ambas as características pertencem a um mesmo evento, porém não se constituem enquanto uma mesma coisa, tal qual cor e forma — *identidade de ocorrências* (tese V). Essa ideia ficará mais clara ao pensarmos o conceito de identidade de ocorrências juntamente com o conceito de causalção, há pouco por nós investigado. Para tanto, com objetivo de desenvolvermos da melhor forma possível o raciocínio, vejamos uma pequena passagem da obra *Consciência e Linguagem*, de Searle:

Os processos cerebrais causam a consciência, mas a consciência não é uma substância ou uma entidade a mais. É apenas uma característica de nível superior de todo o sistema. Assim, é possível resumir da seguinte maneira as duas relações cruciais entre consciência e cérebro: os processos neurônicos de nível inferior no cérebro causam a consciência, e a consciência é apenas uma característica de nível superior de um sistema composto de elementos neurônicos de nível inferior (SEARLE, 2002, p. 5).

Como observamos em nossa investigação acerca do conceito de causalidade, os microfenômenos que compõem as macroestruturas de sistemas devem ser pensados como sendo causa e efeito, simultaneamente. Na passagem acima, percebemos a afirmação de Searle de que os processos cerebrais causam a consciência, mas que nem por isso a consciência deve ser entendida como algo a mais, e sim como uma característica de nível superior do sistema cerebral. Pensando acerca do conceito de causalção, trabalhado por Searle, poderíamos afirmar que os processos neurônicos causam a consciência e, ao mesmo tempo, compõem a característica de nível superior chamada *consciência*. Ou seja, a consciência deve ser entendida enquanto uma característica emergente de nível superior; uma macroestrutura de um sistema, emergente da atividade de um conjunto de processos neurônicos de nível inferior no cérebro.

Assim sendo, o conceito de identidade de ocorrências parece se encaixar perfeitamente

nessa argumentação. As características fenomenológicas, do cérebro, — a consciência — seriam causadas por características neurobiológicas no cérebro, a partir do modelo de causação pensado por Searle — *simultaneidade entre causa e efeito* (tese VI). Desse modo, um cérebro consciente seria um evento composto por duas características distintas: uma fenomenológica, e outra, neurobiológica. Na ocorrência de um estado consciente de dor, por exemplo, haveria tanto a ocorrência de características neurobiológicas de nível inferior quanto a ocorrência de características fenomenológicas de nível superior. Ou seja, para toda ocorrência de processo de dor, haveria a ocorrência de processos neurobiológicos e a ocorrência de processos fenomenológicos, no cérebro, de modo a estabelecerem uma identidade entre as ocorrências — *identidade de ocorrências* (tese V). Porém, tal qual afirma Searle (2004), isso não significa que a sensação subjetiva de dor, de primeira pessoa, por exemplo, e os processos neurobiológicos objetivos, de terceira pessoa, são a mesma coisa. Para melhor entendermos essa relação, Searle propõe o diagrama da **Figura 1**, abaixo.

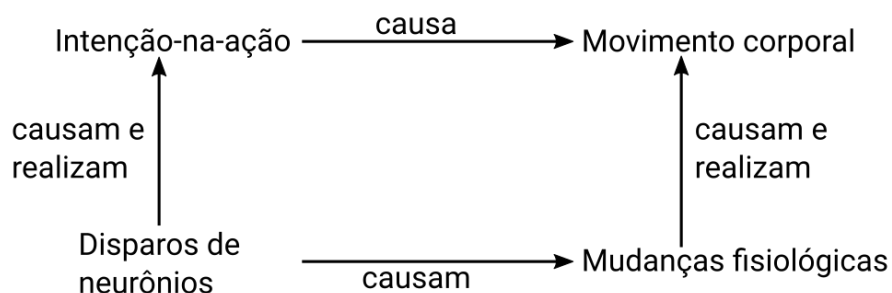


Figura 1. Relações causais entre disparos de neurônios, intenção-na-ação, mudanças fisiológicas, e movimento corporal, segundo Searle. Figura adaptada de Searle (2004, p. 148).

É possível observarmos, a partir do diagrama acima, que os disparos de neurônios causam e, ao mesmo tempo, realizam a intenção em ação, isto é, os fenômenos mentais. Dizer que os disparos de neurônios causam e realizam é o mesmo que dizer que os disparos de neurônios são parte da causa e, ao mesmo tempo, do efeito da intenção em ação. Esse diagrama, apresentado por Searle, é interessante e eficaz para compreendermos a relação de causação. Porém Searle nos adverte que o mesmo pode nos passar a falsa impressão de que os fenômenos conscientes estão acima dos processos neuronais, o que, para Searle, não é verdade. Ou seja, como já observamos anteriormente, Searle afirma que a mente não está acima ou para além dos processos cerebrais. Assim sendo, Searle nos propõe um segundo diagrama:

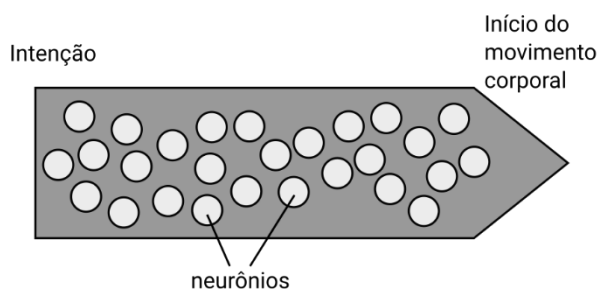


Figura 2. Relação entre intenção e início do movimento corporal segundo Searle. Figura adaptada de Searle (2004, p. 148).

No diagrama acima, Searle nos convida a pensarmos os pequenos círculos como sendo os neurônios, e o sombreamento enquanto sendo o estado consciente. Ou seja, a intenção consciente, aqui, não aparece como algo que está no topo, tal qual no diagrama anterior, mas como algo que se espalha pelo sistema de neurônios. O sombreamento, desse modo, representa o estado consciente espalhado por todo o sistema.

É possível pensarmos, a partir do diagrama acima, que os neurônios se organizam em sistemas de tal modo que causam os estados de consciência, dos quais eles próprios são parte. É possível percebermos, novamente, a noção de causação simultânea pensada por John Searle para a relação mente-cérebro, na qual causa e efeito são parte de um mesmo evento.

Após investigado o modo com o qual John Searle pensa os conceitos de identidade, causa e efeito em sua teoria, descritos pelas teses V e VI, bem como à relação contida entre as características fenomenológica e neurobiológica no cérebro, veremos agora se a teoria do naturalismo biológico pode, ou não, ser interpretada enquanto uma teoria que implica nos conceitos de epifenomenalismo ou sobredeterminação causal.

3. Entre a sobredeterminação e o epifenomenalismo?

A teoria do naturalismo biológico foi, por muitos, como já mencionado, interpretada enquanto uma teoria dualista ou incoerente, interpretação esta decorrente da aceitação, por parte de Searle, do conceito de irreducibilidade dos fenômenos conscientes. Desse modo, Searle publica o artigo “Por que não sou um dualista de propriedades”, no qual visa argumentar que sua teoria não pode ser pensada como sendo uma teoria dualista ou contraditória. Em meio a essa argumentação, Searle traz para a discussão os conceitos de sobredeterminação, epifenomenalismo e fechamento causal do mundo físico. Antes de voltarmos nossa investigação

para os argumentos utilizados por Searle em defesa de sua teoria, presentes no escrito acima citado, vejamos primeiramente em que consistem os conceitos de epifenomenalismo e a sobredeterminação causal.

3.1 Epifenomenalismo

O epifenomenalismo é uma das correntes de pensamento do campo da Filosofia da Mente, pouco defendida. Para os filósofos da mente, o epifenomenalismo não pode ser entendido enquanto uma forma de dualismo ou materialismo. O epifenomenalismo parece se alojar, de certo modo, em meio ao dualismo e ao materialismo. Essa posição se dá pelo fato de o epifenomenalismo aceitar e, ao mesmo tempo, negar algo, tanto do materialismo quanto do dualismo.

Há certa aproximação do epifenomenalismo para com o dualismo, decorrente do fato de os epifenomenalistas defenderem que os fenômenos qualitativos da mente não podem ser reduzidos aos processos físicos objetivos — tese da qual os dualistas comungam. Porém, o epifenomenalismo diverge do dualismo ao afirmar que todo o comportamento humano é determinado por processos físicos objetivos — tese da qual os *materialistas* comungam. Isto é, o epifenomenalismo concebe tanto aspectos da teoria dualista quanto da teoria materialista, ficando, assim, em meio a ambas as perspectivas.

A palavra *epifenomenalismo* é composta pela união do termo grego *epi* e da palavra *fenomenalismo*. O termo *epi* é um termo da língua grega utilizado para fazer referência à *em cima de*. *Epifenomenalismo*, desse modo, significa um fenômeno ocorrendo encima de outro fenômeno. O epifenomenalismo surge ainda no século XIX, a partir dos trabalhos do biólogo britânico Thomas Henry Huxley (1825–1895) e do filósofo Shadworth Hodgson (1832–1912). A ideia básica do epifenomenalismo, como afirma Maslin,

[...] é de que um fenômeno produz outro que é dependente dele, assim como uma luz adequadamente colocada e um objeto projetam uma sombra em uma parede. O comportamento da sombra é dependente da do comportamento da luz e do objeto, e não pode variar independentemente da forma como eles se comportam. A sombra não possui a capacidade de produzir qualquer alteração na luz e no objeto. De maneira semelhante, tem sido sustentado que processos físicos no cérebro produzem e sustentam estados mentais, mas que estes estados não podem ter qualquer efeito nos processos cerebrais dos quais eles dependem, e são causalmente impotentes para suscitar quaisquer mudanças físicas (MASLIN, 2009, p. 288).

Outro exemplo bastante interessante, muito utilizado para aclarar a tese básica do

epifenomenalismo, é o exemplo da locomotiva. Sabemos que uma locomotiva, ao se movimentar, exala fumaça. A fumaça, de certo modo, acompanha a locomotiva durante todo o seu caminho. Porém como sabemos, a fumaça não implica no movimento da locomotiva; ela apenas acompanha a locomotiva. A fumaça, desse modo, é um subproduto advindo do conjunto de fatores que implicam no movimento da locomotiva. Ou seja, a fumaça é um epifenômeno, visto que surge a partir de outro fenômeno e não possui poder causal algum para com o mesmo — a fumaça não consegue empurrar ou frear a locomotiva, por exemplo.

Tal qual pensamos a relação locomotiva-fumaça, poderíamos pensar a relação mente-cérebro. Isto é, os estados mentais seriam apenas subprodutos advindos dos processos cerebrais, subprodutos que acompanhariam todos os processos cerebrais, porém sem eficiência causal alguma. Os fenômenos mentais seriam apenas resultados dos processos cerebrais e não possuiriam poder causal no comportamento, do mesmo modo que a fumaça não possui poder causal no *comportamento* da locomotiva.

Essa, em resumo, é a tese básica defendida pela corrente epifenomenalista. Como é possível percebermos, o epifenomenalismo é uma teoria muito pouco intuitiva, visto que sua aceitação implica na negação de toda a eficácia causal de nossa vida mental⁶. Como afirma Fagundes, aceitar o epifenomenalismo seria aceitar que, por exemplo,

[...] o sabor que você sente ao provar um molho de macarrão nada tem a ver com a sua decisão de adicionar mais pimenta a ele, ou de que os timbres escutados por um músico não possuem qualquer influência sobre as músicas que ele escreve (FAGUNDES, 2015, p. 169).

3.2 Sobredeterminação causal

Sobredeterminação causal é um conceito razoavelmente fácil de ser explicado, e também compreendido. A ideia básica é a de que, se certo efeito for sobredeterminado, então ele possui duas causas. É bastante simples pensarmos um exemplo para aclarar a relação de sobredeterminação: suponhamos que nossa mente é distinta de nosso cérebro e que tanto mente quanto cérebro são responsáveis pelo movimento de, por exemplo, levantarmos o braço. Isto é, suponhamos que tanto a decisão mental de levantar o braço quanto o córtex motor, por exemplo,

⁶ Como já mencionado, o pensamento epifenomenalista não possui muitos defensores. Um dos expoentes do pensamento epifenomenalista — talvez o maior deles — é o filósofo australiano Frank Cameron Jackson (1943). Jackson, em seu texto “O que Mary não sabia” (2011), tece uma crítica ao fisicalismo, tendo como objetivo demonstrar que as informações físicas são insuficientes para capturar os aspectos subjetivos da experiência consciente: os *qualia*.

causam o efeito de fazer o braço levantar. Essa suposição afirma o conceito de sobre-determinação, visto que determinado efeito — o braço levantou — possui duas causas — decisão mental e os demais processos físicos ocorrendo no córtex motor.

Em Filosofia da Mente, sobre-determinação causal é um conceito importante, visto que implica, fundamentalmente, na relação mente-cérebro. Poderíamos afirmar, grosso modo, que as teorias que defendem uma distinção entre mente e cérebro, acabam por se defrontar com a necessidade de escolher entre a sobre-determinação ou o epifenomenalismo. Ou seja, se uma distinção entre mente e cérebro é afirmada, ou deve ser aceito que o comportamento possui duas causas — por um lado mente, e, por outro, cérebro —, ou deve ser aceito que há apenas uma causa para o comportamento e que uma das partes — mente-cérebro — não possui poderes causais, sendo, assim, um epifenômeno. Percebemos, assim, que esse dilema entre aderir à sobre-determinação causal ou ao epifenomenalismo surge enquanto consequência da afirmação de que os processos mentais e os processos cerebrais são distintos.

Compreendido em que concernem os conceitos de epifenomenalismo e sobre-determinação causal, passamos agora à análise dos argumentos presentes no texto “Por que não sou um dualista de propriedades”, de Searle, com vista a observarmos se o conceito de identidade de ocorrências (tese V), bem como a concepção de causação (tese VI), postulado por Searle para a relação mente-cérebro, em sua obra *Mind: A Brief Introduction*, são suficientes para sustentar uma *unidade* mente-cérebro, ou se a teoria searleana se defronta com o dilema epifenomenalismo ou sobre-determinação causal.

3.3 Epifenomenalismo ou sobre-determinação causal: um dilema para o naturalismo biológico?

Percebemos, durante a seção anterior, que um cérebro consciente, para Searle, corresponde a um evento composto por duas características distintas: uma fenomenológica, e outra, neurobiológica. Vimos que a característica neurobiológica faz referência aos processos objetivos do cérebro. Quanto à característica fenomenológica, percebemos que seu referencial são os processos subjetivos, de primeira pessoa, do cérebro, tal qual o processo de dor, por exemplo. Vimos ainda que os processos subjetivos são causados pelos processos objetivos, mas não se reduzem a eles pelo fato de serem irreduzivelmente subjetivos. Desse modo, investigaremos agora se a afirmação de irreduzibilidade dos fenômenos conscientes, por parte de Searle, implica, ou não, em epifenomenalismo ou sobre-determinação causal.

Em uma passagem do artigo “Por que não sou um dualista de propriedades”, é possível notarmos claramente a recusa de Searle à aceitação de que nosso comportamento possui duas causas:

A consciência é causalmente redutível aos processos cerebrais, porque todas as características da consciência resultam causalmente de processos neurobiológicos acontecendo no cérebro, e a consciência não tem poderes causais próprios além dos poderes causais da neurobiologia subjacente. Mas, no caso da consciência, a redutibilidade causal não leva à redutibilidade ontológica (SEARLE, 2002, p. 108).

Ou seja, Searle afirma que a consciência é resultado de processos cerebrais objetivos, do cérebro, e que a mesma não possui poder causal algum além dos poderes causais presentes em sua base neurobiológica subjacente. Em outras palavras, os poderes causais subjetivos da consciência e os poderes causais objetivos dos processos neurobiológicos, seriam os mesmos. Desse modo, Searle nega que o conceito de sobredeterminação faça parte de sua teoria. O ato de levantarmos o braço possuiria, assim, apenas uma causa, visto que os poderes causais de ambas as características seriam exatamente os mesmos.

Searle não argumenta contrariamente ao conceito de sobredeterminação, apenas, mas também em prol de afastar o epifenomenalismo de sua teoria:

Mas se a consciência não tem poderes causais adicionais à sua base neurobiológica, então isso não implica em epifenomenalismo? Não. Compare: a solidez do pistão não tem poderes causais à sua base molecular, mas isto não mostra que a solidez seja epifenomênica (tente fazer um pistão de manteiga ou água) (SEARLE, 2002, p. 111).

A analogia com o pistão, proposta por Searle, é bem interessante para aclarar a ideia. A ideia central do argumento é: do mesmo modo que a solidez do pistão é uma propriedade emergente, advinda da organização causal de seus elementos subjacentes, a consciência também o é, e do mesmo modo que a solidez é causalmente eficiente, a consciência também o é. Nem a solidez do pistão nem a consciência possuem poderes causais adicionais a sua base subjacente, porém, em ambos os casos, a propriedade emergente é causalmente eficaz — *característica causalmente eficiente* (tese IV). De acordo com Searle, pelo fato de a consciência não ser nada além de sua base neural,

[...] os problemas do epifenomenalismo e do fechamento causal do físico simplesmente não surgem para mim. É claro que o universo é causalmente fechado, e podemos chamá-lo de ‘físico’, se preferirmos; mas não podemos dizer ‘físico’ como o oposto de ‘mental’; porque é igualmente óbvio que o mental é parte da estrutura causal do universo [...]”. Os problemas do epifenomenalismo e do fechamento causal do físico somente podem surgir se

se utiliza a terminologia tradicional e se se levam a sério suas implicações. Eu estou tentando nos fazer abandonar essa terminologia (SEARLE, 2002, p. 111).

A partir de sua noção de emergência, Searle, de certo modo, busca operar uma ressignificação nos termos *mental* e *físico*, de tal forma que os mesmos passem a não mais serem concebidos enquanto termos contrapostos e auto-excludentes. O sentido de contraposição tradicionalmente aceito entre mental e físico deve ser visto enquanto equivocado e deve ser abandonado. Frases cotidianas do tipo “o problema dele não é físico, mas sim mental” deveriam ser pensadas enquanto meramente metafóricas, carentes de validade filosófica, visto que não há oposição alguma entre físico e mental, muito pelo contrário, o mental é físico. Desse modo, Searle acredita que, pelo fato de as características mentais serem propriedades emergentes, no cérebro, e inteiramente físicas, do cérebro, tanto o fechamento causal do mundo físico quanto o epifenomenalismo não lhe são problemas. Como já observado, Searle defende que um evento cerebral consciente é um evento composto por duas características físicas: por um lado a consciência subjetiva, de primeira pessoa, e, por outro, os processos cerebrais objetivos, de terceira pessoa. Assim sendo, ambas as características pertencem a um mesmo evento e devem ser entendidas enquanto características físicas que possuem o mesmo poder causal.

4. Considerações finais

A maior dificuldade para o correto entendimento da teoria do naturalismo biológico parece vir da ausência de conhecimento acerca das teses V e VI, as quais são defendidas por Searle para a relação de identidade e causalidade entre mente-cérebro. Como observamos, Searle adverte para o fato de que nem toda relação de causação ocorre do mesmo modo. Ou seja, há ocorrência de causação na qual causa e efeito se encontram separadas no tempo, tal qual no clássico exemplo da bola de bilhar que, ao chocar-se com a segunda bola, para, e esta, por sua vez, distancia-se da primeira, mas também há ocorrência de causação na qual tal separação temporal entre causa e efeito não ocorre: é o caso da relação causal entre mente-cérebro.

A relação de causação entre mente-cérebro ocorre, de acordo com Searle, de modo simultâneo — *simultaneidade entre causa e efeito* (tese VI). Como já observado, os elementos em nível micro, responsáveis por causar os fenômenos mentais em nível macro, são, para Searle, tanto causa dos fenômenos mentais quanto parte da física que compõe os fenômenos mentais; ou seja, parte do efeito. Esta, em resumo, é a noção de causação pensada por Searle

para a relação mente-cérebro. É a partir desta noção de causação que a teoria do naturalismo biológico deve ser lida. A partir dela, a teoria do naturalismo biológico ganha sustentação e suas aparentes contradições acerca da causação mental são dissipadas. Searle, por meio de tal concepção, consegue sustentar a existência de uma identidade entre os fenômenos conscientes subjetivos e os processos cerebrais objetivos de tal modo que a irreduzibilidade ontológica dos fenômenos conscientes seja preservada, sem cair em contradição — *identidade de ocorrências* (tese V).

Em resumo, a partir das noções de causalidade (tese VI) e identidade (tese V), pensadas por Searle, parece coerente afirmarmos que a consciência é eficaz e que não há incoerências na teoria do naturalismo biológico. A consciência é, assim, uma propriedade física e sistêmica, do cérebro, bem como causa do comportamento humano — *característica causalmente eficiente* (tese IV). O naturalismo biológico, como descrito, parece não possuir incoerências ou tipo algum de vínculo para com os conceitos de epifenomenalismo ou sobredeterminação causal.

Referências

FAGUNDES, J. O. A. Epifenomenalismo de *qualia*: uma lacuna paradoxal entre sentir e saber. *Revista Ideação*, n. 32, jul./dez., 2015, p. 167-88. [Acessado em 15 de janeiro de 2020]: <http://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/1300>

HODGSON, H. S. *Time and Space: a metaphysical essay*. Londres: Longman Green edit., 1865.

HUXLEY, T. H. On the Hypothesis that Animals are Automata, and its History. In: *The Fortnightly Review* 16 (New Series), p. 555-80. Reprinted in: *Method and Results: Essays by Thomas H. Huxley*, New York: D. Appleton and Company, (1898).

JACKSON, C. F. O que Mary não sabia. Trad. Ricardo Miguel. *Crítica*, 15 de março de 2011. ISSN: 1749-8457. [Acessado em 20 de janeiro de 2020]: <https://criticanarede.com/mary.html#footer>

KIM, J. *Philosophy of Mind*. Colorado: Westview Press, 1996.

MASLIN, K. *Introdução a filosofia da mente*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PRATA, A. T. É incoerente a concepção de Searle sobre a consciência? *Manuscrito*, v. 34, n. 2, p. 557-78, jul./dez., 2011. [Acessado em 09 de janeiro de 2020]: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/manuscrito/article/view/8642005>

SEARLE, R. J. *A redescoberta da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SEARLE, R. J. *O mistério da consciência*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1998.

SEARLE, R. J. *Mente, linguagem e sociedade: Filosofia no mundo real*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SEARLE, R. J. Why I Am Not a Property Dualist. *Journal of Consciousness Studies*, 9, nº 12, p. 57-64, 2002. [Acessado em 14 de janeiro de 2020]: <https://pdfs.semanticscholar.org/dd6e/222aae7d7f6e6c904a7c9cc138a92430c452.pdf>

SEARLE, R. J. *Mind: a brief introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

SEARLE, R. J. *Consciência e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SEARLE, R. J. Por que eu não sou um dualista de propriedades. Trad. José Renato Freitas Rêgo e Juliana de Orione Arraes Fagundes. *Filosofando: Revista de Filosofia da UESB*, ano 2, n. 2, p. 104-14, jul./dez., 2014. INSS: 2317-3785. [Acessado em 14 de janeiro de 2020]: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/filosofando/article/view/2170>